

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Maracanaú

3ª Vara Cível da Comarca de Maracanaú

Rua Luiz Gonzaga Honório de Abreu, s/n, Parque Colônia Antônio Justa - CEP 61903-120, Fone: (85) 3371-8660, Maracanaú-CE - E-mail: maracanaú.3civel@tjce.jus.br

**DECISÃO**

Processo nº: **0204849-60.2022.8.06.0117**  
Apensos:  
Classe: **Procedimento Comum Cível**  
Assunto: **Fornecimento de medicamentos**  
Requerido: **Procuradoria Geral do Município de Maracanaú**

**VISTOS EM INSPEÇÃO INTERNA.**

Trata-se de **AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PEDIDO ANTECIPATÓRIO DO MÉRITO**, movida por **MARIA ALZENIR PONTES MARTINS**, representada por sua filha, **FRANCISCA INÁCIA PONTES MARTINS**, em face do **MUNICÍPIO DE MARACANAÚ**, pretendendo o fornecimento de alimentação enteral, diante das consequências de seu quadro clínico.

De acordo com o parecer médico, lavrado pela Dra. **CECILIA CAVALCANTE** (CRM - 21541), a paciente, de 59 anos de idade, é diagnosticada com **DPOC (CID 10: j44)** e **Desnutrição grave (CID 10: E43)**. Dessarte, necessita de suplementação nutricional específica, a fim de suprir suas necessidades de macro/micronutrientes e restabelecer seu estado nutricional.

**Da assistência judiciária gratuita e da Prioridade de Tramitação.**

De início, defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos moldes do art. 98 do CPC, bem como a prioridade de tramitação, com fulcro no art. 1.048 do Código de Processo Civil.

**Da Nomeação de Curador Especial.**

Em razão da urgência nos cuidados com o estado de saúde da parte autora, **ACOLHO a nomeação** de **FRANCISCA INÁCIA PONTES MARTINS** sua esposa, para atuar na condição de curadora especial nos autos da demanda em curso, diante da incapacidade do autor de gerir sua vida e de acompanhar pessoalmente o andamento do presente feito, nos termos do art. 72, inciso I do Código de Processo Civil.



# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Maracanaú

3ª Vara Cível da Comarca de Maracanaú

Rua Luiz Gonzaga Honório de Abreu, s/n, Parque Colônia Antônio Justa - CEP 61903-120, Fone: (85) 3371-8660, Maracanaú-CE - E-mail: maracanaui@tjce.jus.br

## Passa-se, pois, à análise da Tutela de Urgência.

Garante a Carta de 1988 em seu art. 196 que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

E, em seu art. 198, § 1º, determina que “O Sistema Único de Saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes”.

Assim, a Carta Política, coloca o Sistema Único de Saúde - SUS como um "todo" a ser administrado com os respectivos recursos de cada um dos entes da Federação: União, Estados e Municípios.

Ressalto ainda que a ordem constitucional vigente, em seu art. 196, consagra o direito à saúde como dever do Estado Federal, em todas as esferas, que deverá, por meio de políticas sociais e econômicas, propiciar aos necessitados não *"qualquer tratamento"*, mas o tratamento mais adequado e eficaz, capaz de ofertar ao enfermo maior dignidade e menor sofrimento.

Sobreleva notar, ainda, que hoje é patente a ideia de que a Constituição não é ornamental, não se resume a um arsenal mudo de princípios, não é meramente um ideário; reclama efetividade real de suas normas. Destarte, na aplicação das normas constitucionais, a exegese deve partir dos princípios fundamentais, para os princípios setoriais. E, sob esse ângulo, merece destaque o princípio fundante da República que destina especial proteção a dignidade da pessoa humana.

A Lei Federal nº 8.080/90, ao seu turno, ao dispor sobre as formas de prestação e proteção do direito à saúde, explicita, em seu art. 2º, que *a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu exercício*. Na mesma cadência, estabelecendo os objetivos do Sistema Único de Saúde, o seu art. 6º preceitua que:

Estão incluídos ainda no campo de atuação do Sistema Único de Saúde – SUS:

I - a execução de ações:

[...]

d) **de assistência terapêutica integral**, inclusive farmacêutica.

Ao mesmo passo que o Art. 198 da CF estabelece que

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo;

II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;



# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Maracanaú

3ª Vara Cível da Comarca de Maracanaú

Rua Luiz Gonzaga Honório de Abreu, s/n, Parque Colônia Antônio Justa - CEP 61903-120, Fone: (85) 3371-8660, Maracanaú-CE - E-mail: maracanaui@tjce.jus.br

## III - participação da comunidade.

§ 1º O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes

Dessa feita, o direito fundamental à saúde está previsto na Constituição Federal, competindo aos poderes públicos, em todas as instâncias, tomar as providências necessárias para amparar os necessitados. É com base nessas premissas que o direito à saúde caracteriza-se sob a responsabilidade solidária de todos os entes federativos, de forma que o Município, quando demandado, não pode se eximir do dever constitucional de garantir, em sua máxima eficácia, o fornecimento de medicamentos, procedimentos médicos e demais instrumentos terapêuticos necessário à sanidade física e mental de seus tutelados.

Tem-se que, quando o estado se mantém inerte, ao não cumprir seu dever constitucional, a parte, nos termos da própria CF, tem o inarredável direito de buscar socorro no Poder Judiciário para que sejam cumpridas as determinações constitucionais referentes à prestação da saúde.

De fato, a prestação jurisdicional em face de uma omissão inconstitucional da administração pública não caracteriza, por si só, ofensa ao princípio da separação dos Poderes. É que, por força de preceito constitucional, é assegurado a todos o acesso à Justiça, impondo-se ao Judiciário o dever de apreciar todas as questões que lhe forem apresentadas.

Com relação à tutela provisória pleiteada na petição inicial, cumpre destacar que o art. 300 do Código de Processo Civil indica como requisitos para a concessão da tutela de urgência a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, observada, em qualquer caso, a irreversibilidade do provimento judicial.

Nos termos relatados na peça inaugural, a evidência da probabilidade do direito resta inequivocamente comprovada mediante relatório médico de fls. 27, lavrado pela Dra. CECILIA CAVALCANTE (CRM - 21541), o qual assevera que a promovente possui diagnóstico de DPOC (CID 10: j44) e Desnutrição grave (CID 10: E43), necessitando, portanto, de suplementação nutricional específica, a fim de suprir suas necessidades de macro/micronutrientes e restabelecer seu estado nutricional.

Dessa feita, para garantir o adequado suprimento energético e nutricional ao paciente, o nutricionista, Ricardo Oliveira (CRN 0487), prescreveu os seguintes itens para o suporte nutricional, a saber: NUTREN SENIOR ou NUTREN FORTIFY, 07 LATAS DE 370G/MÊS - POR TEMPO INDETERMINADO E USO CONTINUO.

*In casu*, afere-se que a medida requestada, além de imprescindível à garantia da saúde e à dignidade do paciente, atende a exigência concernente à existência de perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, em razão da iminente possibilidade de agravamento do estado de saúde do promovente com consequentes danos irreparáveis a sua integridade física. Isso posto, restam suficientemente demonstrados os pressupostos para a concessão da tutela de urgência postulada, nos moldes do art. 300 do CPC.

Ademais, no tocante à irreversibilidade dos efeitos da decisão, preconizada no



# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Maracanaú

3ª Vara Cível da Comarca de Maracanaú

Rua Luiz Gonzaga Honório de Abreu, s/n, Parque Colônia Antônio Justa - CEP 61903-120, Fone: (85) 3371-8660, Maracanaú-CE - E-mail: maracanau.3civel@tjce.jus.br

§ 3º do dispositivo supramencionado, faz-se imperiosa a invocação do princípio da proporcionalidade, mediante a utilização de um juízo de ponderação e sopesamento, a fim de resolver a questão, aqui posta, de aparente colisão entre direitos e interesses igualmente protegidos pelo ordenamento jurídico. Destarte, considerando a excepcionalidade da situação apresentada e a elevada importância do bem jurídico que se objetiva tutelar, qual seja, a vida, a pretensão a uma tutela jurisdicional definitiva concedida somente após o devido processo legal deve ceder ante a proteção a um bem jurídico de significação maior, a exemplo da vida e integridade física e mental da pessoa humana.

Considerando, ainda, a hipossuficiência do demandante, dispensa-se a exigência, constante do §1º, art. 300 do CPC, de caução para ressarcimento de eventual dano que a outra parte possa vir a sofrer.

Por fim, é preciso ter em mente que, em sede de ação ordinária, a concessão de tutela liminar satisfativa não enseja a total perda do objeto, mormente em razão da necessidade de sua confirmação em análise meritória.

Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, na forma prevista no art. 300 do CPC/2015, **CONCEDO LIMINARMENTE A TUTELA ESPECÍFICA EM SEDE DE OBRIGAÇÃO DE FAZER**, para determinar ao **MUNICÍPIO DE MARACANAÚ**, no **prazo máximo de 10 (dez) dias**, o fornecimento, por tempo indeterminado, em favor de **MARIA ALZENIR PONTES MARTINS**, dos seguintes insumos:

- NUTREN SENIOR OU NUTREN FORTIFY, 07 LATAS DE 370G/MÊS.

**INTIME-SE O MUNICÍPIO DE MARACANAÚ**, na pessoa de seu representante legal, para cumprir a determinação acima, no prazo acima assinalado, **ADVERTINDO** a autoridade competente que o descumprimento desta ordem implicará no pagamento de multa diária no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) em favor da requerente, nos termos do artigo 537 do Código de Processo Civil, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Adverta-se, de igual, a possibilidade de bloqueio de valores nas contas públicas para essa finalidade, tendo em vista a possibilidade do juiz lançar mão das medidas necessárias para garantir a efetividade da decisão envolvendo a saúde da pessoa humana, à luz do art. 301 do CPC.

**INTIME-SE A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, por intermédio de seu Secretário ou de representante legal, ou, na falta destes, de qualquer servidor com competência para tanto, com a finalidade de que cumpra com a presente decisão no prazo assinalado.

Deverá a autora submeter-se a **acompanhamento médico trimestral e, em caso da necessidade** da manutenção do tratamento ora prescrito, apresentar perante órgão da Administração Pública responsável pelo fornecimento dos insumos pleiteados a renovação da prescrição médica com a indicação da continuidade do mencionado tratamento, sob pena de interrupção da medida, em observância ao Enunciado nº 02 da Jornada de Direito da Saúde, ex

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ****Comarca de Maracanaú****3ª Vara Cível da Comarca de Maracanaú**

Rua Luiz Gonzaga Honório de Abreu, s/n, Parque Colônia Antônio Justa - CEP 61903-120, Fone: (85) 3371-8660, Maracanaú-CE - E-mail: maracanaui3civel@tjce.jus.br

vi:

ENUNCIADO Nº 02 Concedidas medidas judiciais de prestação continuativa, em tutela provisória ou definitiva, é necessária a renovação periódica do relatório e prescrição médicos a serem apresentados preferencialmente ao executor da medida, no prazo legal ou naquele fixado pelo julgador como razoável, considerada a natureza da enfermidade, de acordo com a legislação sanitária, sob pena de perda de eficácia da medida. (Redação dada pela III Jornada de Direito da Saúde – 18.03.2019)

Deixo de designar audiência de conciliação posto que a demanda não comporta autocomposição, pela natureza indisponível do direito postulado.

Cite-se o requerido, para ciência dos termos da inicial, bem como para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar resposta escrita, consoante art. 183, *caput*, e art. 335, *caput* e III, do Código de Processo Civil.

Ao final, remetam-se os autos com vistas ao Ministério Público.

Ciência ao Ministério Público.

Cumpra-se com os expedientes necessários, **com máxima URGÊNCIA.**

Maracanaú/CE, 01 de setembro de 2022.

**Regma Aguiar Dias Janebro**  
**Juíza de Direito**